

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.890 - RJ (2019/0006487-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **BANCO VOLKSWAGEN S.A.**
ADVOGADOS : **KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - SP131758**
RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
EDUARDO CHALFIN E OUTRO(S) - RJ053588
RENATA ALVES PEIXOTO - RJ161550
NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP - RJ155144
AGRAVADO : **GABRIEL DE OLIVEIRA MARTINS**
ADVOGADO : **JHANSEN DA SILVA PORTO - RJ129224**

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto pelo BANCO VOLKSWAGEN S.A., contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 28):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. NULIDADE DE CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU. NÃO APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. REVELIA.

Decisão que decretou a revelia. Ré pessoa jurídica. Endereço declinado na inicial que não corresponde ao de sede ou filial da ré. Citação que não é válida. Contudo, o comparecimento espontâneo do réu supre a citação. Prazo de resposta que fluiu a partir de então e transcorreu in albis. Revelia que se confirma.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente (fls. 33-37), foram rejeitados (fls. 43-45).

Nas razões do recurso especial (fls. 47-54), além de divergência jurisprudencial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 214, § 2º, do Código de Processo Civil de 1973, sustentando a necessidade de reabertura do prazo para a apresentação de contestação ante a declaração de nulidade da citação promovida pelo Tribunal de origem.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (fl. 70).

É o relatório.

DECIDO.

2. Extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (fl. 29) - *grifamos*:

Ao que se extrai dos autos principais, a citação fora procedida no endereço declinado na inicial, o qual, todavia, não se trata da sede ou de qualquer filial da pessoa jurídica ré, sendo, na verdade, o local onde está estabelecida a concessionária Volkswagen, consoante se vê da

observação aposta no mandado de citação (fls. 154).

De fato, o endereço indicado pelo autor difere daquele constante do boleto para pagamento do financiamento (fl.32 – autos principais), este, aliás, o mesmo apontado no comprovante de inscrição e de situação cadastral do réu/agravante (fl.56 – autos principais).

Não obstante, o ora agravante compareceu espontaneamente aos autos principais, em 10/03/2016 (fl.53) e, embora o tenha feito apenas para arguir a nulidade da citação, supriu a falta deste ato.

Assim, uma vez que rejeitada a arguição de nulidade pela decisão de fls. 108 dos autos, proferida em 19/07/2016 e publicada no dia 21 daquele mês, a partir daí teve início o prazo de resposta, que, entretanto, decorreu in albis, haja vista que se limitou o ora agravante a se insurgir contra a mencionada decisão interpondo o presente recurso, restando caracterizada a revelia.

No julgamento dos embargos de declaração opostos pelo recorrente, a Corte de origem ainda destacou (fls. 43-44) - *grifamos*:

Os embargos de declaração não merecem provimento. O acórdão embargado examinou a questão de acordo com o entendimento desta Corte a respeito do tema e respeitando os limites da matéria.

Inexiste obscuridade no julgado embargado, na medida em que o reconhecimento do comparecimento espontâneo da parte que supriu a nulidade do ato citatório restou explanado de modo claro, coerente e fundamentado, como se vê da seguinte passagem:

“De fato, o endereço indicado pelo autor difere daquele constante do boleto para pagamento do financiamento (fl.32 – autos principais), este, aliás, o mesmo apontado no comprovante de inscrição e de situação cadastral do réu/agravante (fl.56 – autos principais).

Não obstante, o ora agravante compareceu espontaneamente aos autos principais, em 10/03/2016 (fl.53) e, embora o tenha feito apenas para arguir a nulidade da citação, supriu a falta deste ato.

Assim, uma vez que rejeitada a arguição de nulidade pela decisão de fls. 108 dos autos, proferida em 19/07/2016 e publicada no dia 21 daquele mês, a partir daí teve início o prazo de resposta, que, entretanto, decorreu in albis, haja vista que se limitou o ora agravante a se insurgir contra a mencionada decisão interpondo o presente recurso, restando caracterizada a revelia.” (fl.31)

[...]

Não obstante o patente inconformismo do embargante com o resultado do julgamento, importa destacar que na procuração apresentada às fls.58/60 (autos do processo de origem) há, em fl.59, concessão de poderes para receber citações, intimações e notificações, contrariando a tese do embargante.

Portanto, não padecendo o aresto embargado dos vícios apontados, é curial o descontentamento do embargante com o resultado do julgamento, não sendo o recurso de embargos de declaração a via adequada para manifestar o mero inconformismo com o julgado.

A decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência desta Corte, pacífica ao afirmar que "configura comparecimento espontâneo a apresentação de

instrumento procuratório, ainda que não tenham sido outorgados poderes específicos para o recebimento da citação, na hipótese em que haja indicação da ação. Isso porque nesta ocasião o réu manifesta ciência de que contra ele fora proposta demanda específica" (AgRg no REsp n. 1280911/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 25/2/2016).

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 557 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CONTESTAÇÃO. CARGA DOS AUTOS POR ADVOGADO COM PODERES PARA ATUAR NA AÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO CARACTERIZADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da pacífica compreensão do Superior Tribunal de Justiça, a alegação de ofensa ao art. 557 do Código de Processo Civil fica superada por ocasião do julgamento do agravo interno pelo órgão colegiado, o qual teve a oportunidade de reapreciar a irresignação do ora recorrente, confirmando, entretanto, a decisão tomada de forma monocrática.

2. A orientação jurisprudencial desta Corte Superior estabelece que "o comparecimento nos autos de advogado da parte demandada com procuração outorgando poderes para atuar especificamente naquela ação configura comparecimento espontâneo a suprir o ato citatório, deflagrando-se assim o prazo para a apresentação de resposta. Isso porque, nessas circunstâncias, o réu encontra-se ciente de que contra si foi proposta demanda específica, de sorte que a finalidade da citação - que é a de dar conhecimento ao réu da existência de uma ação específica contra ele proposta - foi alcançada. Precedentes" (AgRg no AREsp 536.835/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe de 3/2/2015).

3. Para a caracterização da divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 336.263/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 9/11/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTEMPESTIVIDADE RECONHECIDA. COMPARECIMENTO NOS AUTOS POR ADVOGADO COM PODERES PARA ATUAR NA AÇÃO. ART. 535. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não caracteriza omissão quando o tribunal adota outro fundamento que não aquele defendido pela parte. Destarte, não há que se falar em violação do art. 535, do Código de Processo Civil, pois o tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos

expendidos pelas partes.

2. O comparecimento nos autos de advogado da parte demandada com procuração outorgando poderes para atuar especificamente naquela ação configura comparecimento espontâneo a suprir o ato citatório, deflagrando-se assim o prazo para a apresentação de resposta. Isso porque, nessas circunstâncias, o réu encontra-se ciente de que contra si foi proposta demanda específica, de sorte que a finalidade da citação - que é a de dar conhecimento ao réu da existência de uma ação específica contra ele proposta - foi alcançada. Precedentes.

3. A parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 536.835/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 3/2/2015)

RECURSO ESPECIAL (ART. 105, III, 'A' E 'C', DA CF) - AÇÃO DE COBRANÇA - REVELIA DECRETADA - PRAZO DE RESPOSTA INICIADO A PARTIR DA JUNTADA DE PROCURAÇÃO DOTADA DE PODERES PARA CONTESTAR ESPECIFICAMENTE A DEMANDA - COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO - CORRETA EXEGESE DO ART. 214, §1º, DO CPC - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADA - ADOÇÃO DO RITO ORDINÁRIO EM LUGAR DO SUMÁRIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - JURISPRUDÊNCIA FIRME DESTA CORTE (SÚMULA N. 83/STJ) - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Resta configurado o instituto do comparecimento espontâneo (art. 214, §1º, do CPC) na hipótese em que o réu, antecipando-se ao retorno do mandado ou "a.r" de citação, colaciona aos autos procuração dotada de poderes específicos para contestar a demanda, mormente quando segue a pronta retirada dos autos em carga por iniciativa do advogado constituído.

Conjuntamente considerados, tais atos denotam a indiscutível ciência do réu acerca da existência da ação contra si proposta, bem como o empreendimento de efetivos e concretos atos de defesa. Flui regularmente, a partir daí, o prazo para apresentação de resposta.

Irrelevante, diante dessas condições, que o instrumento de mandato não contenha poderes para recebimento de citação diretamente pelo advogado, sob pena de privilegiar-se a manobra e a má-fé processual.

2. Não se conhece do recurso especial, pela divergência jurisprudencial (art. 105, III, "c", da CF), quando diversos os quadro fáticos enfrentados no acórdão hostilizado e naquele invocado como paradigma.

3. É firme a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça ao firmar que inexistente prejuízo ao réu e consequentemente nulidade processual, nos casos de adoção do rito ordinário em lugar do sumário, dada a maior amplitude de defesa conferida por aquele procedimento. Incidência, no ponto, da Súmula n. 83/STJ.

4. Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

(REsp n.1026821/TO, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/8/2012, DJe 28/8/2012.)

Assim, verifica-se que a juntada do instrumento procuratório pelo recorrente configurou comparecimento espontâneo, dando início ao prazo para apresentação da resposta do réu, o qual transcorreu *in albis*, culminando na ocorrência de revelia.

Assim, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte, o que atrai a aplicação da Súmula 83 do STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.



MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator